

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

QUESTÕES DE MÚLTIPLAS ESCOLHAS

1. No que tange ao Título II da Constituição Federal de 1988 - CF/1988, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos, é CORRETO afirmar que:

- a) A lei penal não retroagirá, nem mesmo para beneficiar o réu.
- b) Será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- c) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e mandado de segurança e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- d) Haverá juízo ou tribunal de exceção, quando a situação justificar.
- e) A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

2. Considerando as disposições contidas na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e em consonância com a doutrina brasileira, julgue as assertivas abaixo:

I- O servidor público poderá acumular até três cargos públicos remunerados, desde que haja compatibilidade de horários ou turnos e tenha realizado os respectivos concursos públicos.

II- A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação do servidor.

III- O servidor tem garantido, constitucionalmente, o direito à livre associação sindical.

IV- O cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser acometidas a um servidor.

V- O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o ocupado no momento do retorno.

São CORRETAS as assertivas:

- a) I, II e III
- b) II e III
- c) I e IV
- d) I, IV e V
- e) III e IV

3. Considerando a doutrina brasileira sobre atos e contratos administrativos, bem como o controle judicial desses atos e com base na legislação pertinente, julgue as assertivas abaixo:

I- Considerando o conceito de moralidade, intimamente ligado aos conceitos de probidade, e de honestidade, do que for melhor e mais útil para o interesse público, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade administrativa.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

II- O ordenamento jurídico brasileiro adotou o sistema de jurisdição una, no qual o Poder Judiciário detém o monopólio da função jurisdicional, de modo que os atos da Administração Pública podem ser a ele submetidos.

III- Há invasão do mérito quando o Judiciário aprecia os fatos que precedem a elaboração do ato administrativo.

IV- Quando a Administração Pública vicia o ato, a sua anulação deve ser declarada pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.

V- A Administração Pública deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e podem revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

São CORRETOS os itens:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, II e V
- d) I e III
- e) II, III e V

4. Com base na Lei nº 8.492, 20 de novembro de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, assinale a assertiva que, CORRETAMENTE, identifica o ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário:

- a) Facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração direta.
- b) Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência.
- c) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.
- d) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- e) Frustrar a licitude de concurso público.

5. Considerando as normas de acesso à informação contidas na Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011, assinale a opção CORRETA:

- a) O requerente pode recorrer ao Ministério Pública da União caso seja negado o acesso a informação pelos órgãos e entidades do Poder Público Federal.
- b) O próprio requerente pesquisará a informação de que necessitar, ante os meios oferecidos pela entidade.
- c) As informações podem ser classificadas como sigilosas, restritas e de segurança máxima, nos termos da lei.
- d) As informações pessoais relativas à intimidade terão seu acesso vedado pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

e) A pessoa física que detiver informações em virtude de vínculo com o poder público e não observar o disposto na Lei nº 12.527, de 2011 estará sujeita à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de 04(quatro) anos.

6. Assinale a opção CORRETA acerca dos registros contábeis de operações típicas em unidades orçamentárias ou administrativas, considerando a lógica de funcionamento dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação.

- a) Por tratar-se de um fato extraorçamentário, o recebimento de um bem em doação não será registrado nos sistemas de contas da contabilidade pública.
- b) Por ocasião da arrecadação da receita pública deve ser registrada a realização da receita orçamentária no sistema de compensação.
- c) O registro da atualização de dívida do longo prazo contraída por meio de operação de crédito externa é efetuado no sistema financeiro.
- d) Os créditos adicionais aprovados no exercício financeiro devem ser registrados no sistema orçamentário.
- e) Após o recebimento definitivo do material pela área competente, o registro da liquidação da despesa orçamentária deve ser efetuado no sistema patrimonial.

7. Considere que uma Unidade Gestora do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação tenha apresentado os seguintes eventos no mês de dezembro de 2013:

I- Recebimento de alugueis em dezembro de 2013 no valor de R\$ 18.000,00, relativo aos meses de novembro e dezembro de 2013, e janeiro de 2014 (R\$ 6.000,00 cada mês).

II- Empenho, liquidação e pagamento de despesas de água, luz e telefone no mês de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.000,00.

III- Empenho e liquidação da folha de pagamento de pessoal do mês de dezembro de 2013, no valor de R\$ 14.000,00, sendo metade paga no próprio mês e o restante em janeiro de 2014.

IV- Recebimento em dezembro de 2013 de depósitos de terceiros no valor de R\$ 3.000,00, com previsão de devolução em janeiro de 2014.

V- Baixa em dezembro de 2013 de bem de uso considerado inservível no valor de R\$ 4.000,00.

Relativamente aos eventos acima relacionados, julgue a alternativa CORRETA acerca dos regimes contábeis.

- a) Sob a ótica do regime de caixa, no mês de dezembro de 2013 foram realizadas receitas orçamentárias no valor de R\$ 21.000,00.
- b) Segundo o regime de competência, as despesas orçamentárias do mês de dezembro de 2013 totalizaram R\$ 16.000,00.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

- c) De acordo com o regime de caixa, a entrada dos valores relativos ao depósito de terceiros será contabilizada como receita orçamentária no mês de dezembro de 2013, e a saída dos mesmos valores como despesa orçamentária no mês de janeiro de 2014.
- d) De acordo com o regime de competência, a baixa do bem de uso considerado inservível deverá ser registrada como uma despesa orçamentária do mês de dezembro de 2013.
- e) De acordo com o artigo 35 da Lei 4.320/1964 (regime misto), no mês de janeiro de 2014 será registrada uma receita orçamentária no valor de R\$ 6.000,00 e uma despesa orçamentária no valor de R\$ 10.000,00.

8. Relativamente à movimentação da conta única do Tesouro Nacional julgue a alternativa CORRETA.

- a) As transferências decorrentes de receitas vinculadas para entidades supervisionadas não constarão de limites de saques aprovados para a unidade orçamentária para a qual os créditos sejam atribuíveis.
- b) Havendo a necessidade de devolução de recursos em uma operação de contraprestação de serviços entre unidades gestoras, a unidade gestora favorecida deverá providenciar o cancelamento da respectiva ordem bancária.
- c) Recursos depositados em espécie estarão imediatamente disponíveis na conta única da unidade gestora.
- d) Somente as entidades que contarem com autorização específica em lei podem efetuar aplicações financeiras na conta única do tesouro nacional.
- e) Não é possível emitir ordem bancária para pagamentos a credores que não sejam integrantes da conta única.

9. Sobre a atuação do Sistema de Controle Interno (SCI) do Poder Executivo Federal assinale a alternativa CORRETA.

- a) No cumprimento de suas atribuições e alcance de suas finalidades, o SCI do Poder Executivo Federal deve realizar suas atividades com foco na evolução do patrimônio das entidades do Setor Público.
- b) Ainda que envolva mais de uma unidade gestora que tenha vinculação administrativa, a tomada de contas não pode ser consolidada.
- c) Mesmo que a população não seja pequena, não se recomenda a utilização do método de amostragem quando as características da população forem de fácil mensuração.
- d) O programa de auditoria e fiscalização deve estar contido nos arquivos permanentes de papéis de trabalho.
- e) Quando forem constatadas omissões ou impropriedades de natureza formal no cumprimento das normas e diretrizes governamentais, a unidade de controle interno deve emitir um certificado de irregularidade.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

10. Julgue a alternativa CORRETA acerca das competências do Tribunal de Contas da União (TCU).

- a) Compete ao TCU efetuar o cálculo das quotas e fiscalizar a entrega dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.
- b) O TCU deve acompanhar, fiscalizar e avaliar os processos de desestatização realizados no âmbito dos Governos Federal, Estadual e Municipal.
- c) Não é atribuição do TCU decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por associação ou sindicato.
- d) Cabe ao TCU julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- e) Mesmo no exercício de sua competência, o TCU não tem acesso à fonte de informações que tratem de despesas de caráter sigiloso em órgãos e entidades jurisdicionados.

11. Acerca dos instrumentos legais definidos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias ou aos projetos que o modifiquem podem ser aprovadas caso sejam incompatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- b) Os créditos adicionais têm vigência apenas no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício.
- c) O plano plurianual compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- d) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à fixação da receita e à previsão da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- e) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

12. No que tange à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, importante instrumento de conexão entre o planejamento governamental e a concretização dos objetivos e metas propostos no Plano Plurianual, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Compreende os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.
- b) Estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

- c) Compreende, entre outras, as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- d) Estabelece as normas de gestão patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- e) Estabelece a organização da atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

13. O Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação autorizou a elaboração de contrato com particular para a disponibilização, durante 60 (sessenta) meses, de espaço na dependência daquele Ministério, visando a instalação de banca de revista. À luz da utilização dos bens públicos, este contrato configurar-se-á como:

- a) Doação.
- b) Permissão de uso.
- c) Ocupação.
- d) Concessão de uso.
- e) Aforamento

14. À respeito da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que trata do processo administrativo, no âmbito da Administração Federal, direta e indireta, assinale a opção CORRETA.

- a) O administrado deverá prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- b) O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é considerado órgão, por ser unidade de atuação integrante da estrutura da Administração indireta.
- c) O administrado deverá ser assistido obrigatoriamente por um advogado, o qual formulará alegações e apresentará documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) Será permitido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- e) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, não se encontram legitimadas como interessadas no processo administrativo.

15. Segundo à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que trata do processo administrativo, assinale a opção CORRETA.

- a) É permitida à Administração Pública Municipal e Estadual a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- b) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

- c) As disposições estabelecidas pela referida Lei não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
- d) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- e) As organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos, não se encontram legitimadas como interessadas no processo administrativo.

16. A respeito dos princípios, conceitos, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal, conforme a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a afirmativa CORRETA.

- a) A prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas estão entre os objetivos da LRF.
- b) O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) são instrumentos de planejamento e orçamento que foram introduzidos pela LRF.
- c) As contas do Poder Judiciário serão apresentadas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, consolidando as contas dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça dos Estados.
- d) A LRF define Empresa Estatal Dependente como sendo aquela que faz parte do Orçamento de Investimentos.
- e) Compete ao Poder Executivo verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal dos demais Poderes e do Ministério Público.

17. As Compras Públicas envolvem um valor considerável do gasto público e estão disciplinadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos. Julgue o item CORRETO a respeito do tema, conforme os referidos marcos legais.

- a) Os objetivos do procedimento licitatório incluem o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta com menor preço.
- b) A confidencialidade do procedimento é um dos princípios básicos a ser observado no julgamento das licitações.
- c) Para a contratação de obras e serviços de engenharia, a utilização da modalidade concorrência será obrigatória, quando o valor estimado da contratação for superior a seiscentos e cinquenta mil reais.
- d) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado, mesmo para serviços continuados.
- e) É possível a contratação direta nos casos de dispensa de licitação, nos quais a competição é inviável, e nos casos de inexigibilidade, que é ato vinculado.

18. A respeito do marco legal da Administração Pública Federal e de compras e contratações públicas, a alternativa CORRETA é:

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

- a) No setor público é permitido que se realizem compras sem a caracterização do objeto e sem a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento.
- b) O pregão é modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo preferencial a utilização de sua forma eletrônica.
- c) O Projeto Básico é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- d) O Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos a aquisição de bens de contratos já executados, com o objetivo de se obter uma referência de valores para a Administração Pública.
- e) Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa.

19. Sobre os conceitos e atividades envolvidos na logística, no âmbito da Administração Pública, assinale o item CORRETO.

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, sendo vedada a contratação de serviços de terceiros para a realização ou assessoramento dessa atividade.
- b) O almoxarifado tem como objetivo realizar a guarda e armazenamento dos produtos adquiridos, portanto, não participa de nenhuma das etapas do processo de compras.
- c) A contratação, por parte da Administração Pública, de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização deverá ser realizada, obrigatoriamente, por meio de licitação.
- d) No controle de estoques, é recomendável que seja dada atenção prioritária aos itens classificados como C, dentro do conceito de curva ABC.
- e) A eficiente gestão de recursos materiais compreende as etapas relativas à adequada identificação de fornecedores, compras, transporte e armazenagem, bem como a informações financeiras e gerenciais que confirmam confiabilidade ao processo.

20. Quanto à elaboração e ao acompanhamento de projetos de engenharia e arquitetura, julgue a assertiva CORRETA.

- a) A licitação para a contratação de obras deverá seguir a seguinte sequência: 1º elaboração do Projeto Executivo, 2º Elaboração do Projeto Básico e 3º Execução da Obra.
- b) O preço final estimado de uma obra é obtido pelo somatório dos custos diretos com o lucro do contratado, não sendo permitida a inclusão dos custos indiretos nesse valor.
- c) A medição é a apuração dos quantitativos e valores realizados das obras ou serviços e será baseada em relatórios periódicos elaborados pelo contratado.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

- d) No caso de obras, após executado o contrato, só é possível receber o objeto definitivamente.
- e) A elaboração do orçamento detalhado da obra poderá ser realizada após a licitação.

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: **AN05**

QUESTÃO DISCURSIVA

No mês de setembro de 2014, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, localizado do Estado de São Paulo, mediante a elaboração de relatório de gestão interna, apontou a necessidade de construção de um novo centro de monitoramento e alertas de desastres naturais, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, no valor global de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), cuja duração da obra será de apenas 6 (seis) meses, para possibilitar o monitoramento e previsão de possíveis desastres naturais, haja vista a alta frequência de inundações, enxurradas, secas e eventos geológicos, como deslizamentos de encostas, ocorridos na Região Sul do País.

Tendo em vista a inexistência de dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária de 2014, para a execução da iniciativa proposta pelo CEMADEN, o Poder Executivo encaminhará, no último quadrimestre do exercício financeiro vigente, ao Poder Legislativo, solicitação de crédito adicional para viabilizar a construção do centro de monitoramento, o qual será votado, sancionado e publicado antes do fechamento do exercício financeiro de 2014, sem alterações no texto original.

Com base na situação hipotética acima apresentada e à luz da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Plano Plurianual 2012 a 2015, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Manual Técnico de Orçamento de 2014 - MTO 2014 e de outras normas legais vigentes, elabore um texto, **de forma justificada**, para subsidiar a decisão do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, considerando os itens a seguir:

1. Contextualize a necessidade de abertura de crédito adicional para viabilizar a construção do centro de monitoramento de desastres naturais, no Município de Porto Alegre, localizado no Estado do Rio Grande do Sul [valor: 5 pontos];
2. Indique a espécie de crédito adicional que deverá ser solicitada [valor: 20 pontos];
3. Indique a base legal para a abertura do crédito adicional [valor: 10 pontos];
4. Apresente o instrumento legal a ser adotado para a abertura do crédito [valor: 5 pontos];
5. Aponte o tempo de vigência do crédito adicional escolhido [valor: 10 pontos];
6. Mostre as possíveis fontes de recursos (pelo menos duas) para o financiamento da despesa orçamentária em questão [valor: 10 pontos];
7. Apresente a classificação orçamentária dessa despesa, no que tange à Categoria Econômica e o Grupo de Natureza de Despesa - GND [valor: 10 pontos];

Concurso Público para o provimento de vagas em Cargos de Nível Superior da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia

CÓDIGO DA VAGA: AN05

8. Discorra sobre a necessidade ou não de alteração do Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 – PPA 2012-2015 [valor: 10 pontos];
9. Apresente a modalidade de licitação que deverá ser utilizada para viabilizar a mencionada despesa orçamentária [valor: 10 pontos]; e
10. Identifique as fases de execução da despesa em comento que serão realizadas [valor: 10 pontos].